
Ata n.º 54/XIV/2.ª SL

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de 2021, pelas quinze horas, na Sala 7 do Palácio de São Bento, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, tendo a seguinte,

Ordem do Dia:

2. Informações gerais

3. **Apreciação da Nota de Admissibilidade da [Petição n.º 168/XIV/2.ª](#)**, da iniciativa de Pedro Cláudio Caldeirinha Rupio – “Português para todos! Pelo direito das nossas crianças e jovens a um Ensino de Português no Estrangeiro de qualidade e gratuito”.

4. **Discussão do [Projeto de Resolução n.º 884/XIV/2.ª \(PEV\)](#)** Recomenda ao Governo que crie as condições necessárias para a ratificação do Tratado de Proibição das Armas Nucleares.

5. **Discussão do [Projeto de Resolução n.º 962/XIV/2.ª \(IL\)](#)** Condiciona a finalização do acordo de investimentos com a China ao respeito pelos direitos humanos e laborais, incluindo a libertação das minorias presas nos denominados "campos de reeducação"

6. **Fixação da redação final do [Projeto de Resolução 804/XIV/2.ª](#) [Cristina Rodrigues \(Ninsc\)](#)** Recomenda ao Governo a reformulação profunda do Tratado da Carta de Energia

7. Apresentação e discussão dos seguintes Projetos de Voto:

- [n.º 451/XIV/2.ª \(CDS-PP\)](#) - De pesar pelas mortes que ocorreram na manifestação na vila de Cafunfo, na província de Lunda-Norte
- [n.º 461/XIV/2.ª \(PS\)](#) - De condenação pelo golpe militar em Myanmar

8. Aprovação das atas números:

- 46, de 12 de janeiro de 2021;
- 48, de 02 de fevereiro de 2021;
- 50, de 10 de fevereiro de 2021 (Mesa e Coordenadores)

9. Outros assuntos.

Iniciada a reunião, dirigida pelo Presidente da Mesa, Deputado Sérgio Sousa Pinto, começou este por dar as boas vindas a todos.

No **Ponto 1.**, o Presidente da Mesa informou do seguinte:

- Vai decorrer no próximo **dia 3 de março**, a Conferência Interparlamentar no âmbito da PESC/PCSD. Cada Comissão envolvida (2.^a 3.^a e 4.^a) indicarão dois Deputados cada. A 2.^a Comissão, como tem sido seu hábito, reserva ao PSD e ao PS, fruto da sua representatividade na Comissão, a indigitação dos participantes.

Intervieram os Senhores Deputados:

Paulo Pisco (PS), para indicar a sua inscrição;

Nuno Carvalho (PSD), para indicar a sua inscrição, embora com a reserva de, posteriormente poder vir a alterar a indicação, em função de se encontrar agendado para a mesma data e hora um debate sectorial em Plenário com a presença do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

- A Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas sugere o dia 2 de março para realização da audição por requerimento do PSD (Problemas Consulares), através de videoconferência.

A proposta foi aceite por todos os GP's representados na Comissão.

- A Inspetora-Geral Diplomática e Consular, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, para realização da audição por requerimento do BE, sugere o dia 9 de março. E solicita, ainda que, atenta a sensibilidade da matéria, possa a audição decorrer à porta fechada.

As propostas foram aceites por todos os GP's representados na Comissão.

Transitados para o **Ponto 2.**, foi apresentada a Nota de Admissibilidade referente à Petição em título. Submetida a votação, foi admitida com votos favoráveis de todos os Deputados dos Grupos Parlamentares representados na Comissão.

Interveio o Deputado Paulo Pisco (PS), que indicou a Deputada Susana Correia (PS) como Relatora.

No **Ponto 3.**, foi concedida a palavra ao Deputado José Luis Ferreira (PEV) para apresentação do Projeto de Resolução em título. Começou por evidenciar as motivações fundamentais do Projeto, pelo qual preconiza a eliminação de toda e qualquer arma nuclear, única forma de impedir a sua utilização. Em particular, lembrou a aprovação pela assembleia geral da ONU, a 7 de julho de 2017, do Tratado de Proibição das Armas Nucleares, como instrumento legalmente vinculativo, em vista da eliminação total das armas nucleares, iniciativa que foi partilhada por 122 Estados. Lembrou que Portugal votou contra a resolução 71/258 adotada pela assembleia geral da ONU a 23 de dezembro de 2016, que estabeleceu o mandato para os países negociarem este tratado, não tendo igualmente participado no processo de negociação que levou depois à aprovação do Tratado de Proibição das Armas Nucleares. Aberto à ratificação desde setembro de 2017, somente no início de 2021 se reuniram condições para que possa vigorar, importando salientar que nenhum dos países detentores de armamento nuclear aderiu ao tratado, assim como nenhum dos membros da NATO. Da União Europeia, apenas o fizeram a Irlanda e a Áustria, que não integram a NATO. Com a presente iniciativa, pretende-se que Portugal assine o Tratado, de forma a que seja espoletado o respetivo processo de aprovação e posterior ratificação.

Seguidamente intervieram o(a) Senhore(a)s Deputado(a)s:

Lara Martinho (PS), que saudou a iniciativa atenta a sua relevância e afirmou-se desfavorável à aprovação desta iniciativa, uma vez que o Tratado de não-Proliferação não está ainda completamente implementado. é impossível tratar esta matéria sem a presença das potências nucleares. Portugal tem compromissos assumidos na NATO que desaconselham a assinatura do instrumento ora focado.

Nuno Carvalho (PSD), para perfilhar, na generalidade, a suprarreferida argumentação do PS. Por princípio, o PSD é contra a proliferação de armas nucleares, mas é imprescindível que as potências nucleares se entendam sobre a matéria, sendo que estão ausentes do Tratado em apreço. O PSD não acompanha esta iniciativa.

Alexandra Vieira (BE) para referir que o uso de armas nucleares como condição preventiva da paz é contraproducente, tendo invocado o artigo 7.º da CRP, não compreendendo a posição do governo português nesta matéria. Acompanha o PEV nesta iniciativa.

João Oliveira (PCP) para acompanhar esta iniciativa, tendo lembrado que na anterior Legislatura também o PCP havia apresentado iniciativa semelhante. A posse de armas nucleares não pode ser critério para o relacionamento entre Estados. Não concorda com

a posição de Portugal, fazendo depender a assinatura deste Tratado, da adesão das potências nucleares. Acompanha a iniciativa.

Seguidamente, foi concedida a palavra ao Deputado apresentante que sublinhou o facto de a própria redação do artigo 7.º da Constituição da República impõe que Portugal prossiga um conjunto de fins que, segundo entende, são compatíveis com o objetivo da presente iniciativa, pretendendo que o criar condições para que a Assembleia da República discuta e vote a ratificação do Tratado em apreço.

O **Ponto 4.** foi adiado para a próxima reunião, a pedido do PCP, não se tendo registado qualquer objecção.

No Ponto 5., procedeu-se à leitura do texto final da iniciativa, para efeitos de aprovação da sua redação final.

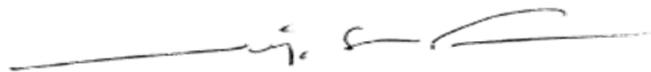
Submetida a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade de todos os Grupos com assento na Comissão.

O **Ponto 6.** foi adiado para a próxima reunião, a pedido do PCP, não se tendo registado qualquer objecção.

Nada mais havendo a registar, a reunião encerrou pelas dezasseis horas e quinze minutos, existindo [registo áudio](#) da mesma, assim se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 24 de fevereiro de 2021.

O Presidente da Comissão



(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões (PS)
Bacelar De Vasconcelos (PS)
Carla Sousa (PS)
Edite Estrela (PS)
José Mendes (PS)
Lara Martinho (PS)
Paulo Pisco (PS)
Paulo Porto (PS)
Sérgio Sousa Pinto (PS)
Susana Correia (PS)
Carlos Alberto Gonçalves (PSD)
Catarina Rocha Ferreira (PSD)
Eduardo Teixeira (PSD)
Ilídia Quadrado (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
José Cesário (PSD)
Nuno Miguel Carvalho (PSD)
Paulo Neves (PSD)
Alexandra Vieira (BE)
Pedro Filipe Soares (BE)
João Oliveira (PCP)
Telmo Correia (CDS-PP)
Cristina Rodrigues (NINSC)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão ocorrida em 4 de março de 2021.